

## CONTRATO N.º 15/2017

No dia vinte e seis abril do ano de dois mil e dezassete, celebram o presente contrato de Empreitada "Obra de Alteração de Uso da Escola Primária para Habitação do tipo T3 Habitação Social da Autarquia", os seguintes outorgantes:

Primeiro outorgante, **Município de Sabrosa**, entidade equiparada a pessoa colectiva n.º506824942, representada por Domingos Manuel Alves Carvas, natural de Sabrosa, Concelho de Sabrosa, Cartão de Cidadão n.º 05838034 5ZW7, válido até 12/12/2021 e residente em Sabrosa, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, no uso dos poderes concedidos do anexo I, da alínea a), do n.º1, do artigo 35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro

e,

Segundo outorgante, **David Vilela Madureira**, NIF n.º 184974950, residente em Paradela de Guiães, portador do cartão de cidadão n.º 07872627 1 ZZ0 válido 09/10/2018.

### Cláusula 1.ª - Objeto

O presente contrato tem por objecto a Empreitada "Obra de Alteração de Uso da Escola Primária para Habitação do tipo T3 Habitação Social da Autarquia", tendo como referência as condições patentes nas no respetivo caderno de encargos e proposta aprovados.

### Cláusula 2.ª - Local da empreitada

A empreitada do presente contrato é prestada pelo segundo outorgante no Lugar de Vilela

### Cláusula 3.ª - Preço e condições

O valor total da adjudicação é € 8.803,37 (oito mil oitocentos e três euros e trinta e sete cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no qual se inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças..

### Cláusula 4.ª - Duração e renovação do contrato

O contrato terá início na data de assinatura da consignação e terminos sessenta dias após a data da mesma.

### Cláusula 5.ª - Responsabilidade do primeiro outorgante

O Primeiro Outorgante, nos termos da proposta apresentada pelo Segundo Outorgante obriga-se a manter as condições do presente contrato.

### Cláusula 6.ª - Obrigações do segundo outorgante

O Segundo Outorgante obriga-se a executar a Empreitada "Obra de Alteração de Uso da Escola Primária para Habitação do tipo T3 Habitação Social da Autarquia", de acordo com as condições definidas no convite e do caderno de encargos aprovado e em respeito pelo preço contratado.

### Cláusula 7.ª - Cessão da posição contratual

O Segundo Outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização do primeiro outorgante.

O segundo outorgante assume plena responsabilidade pela Empreitada, portanto, o único responsável pelos mesmos perante o Primeiro Outorgante.

#### **Cláusula 8.ª - Sigilo**

O Segundo Outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento, relacionadas com a actividade do Primeiro Outorgante.

#### **Cláusula 9.ª - Casos fortuitos ou de força maior**

Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Cláusula 10.ª Rescisão do contrato**

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

#### **Cláusula 11.ª - Caução para garantir o cumprimento das obrigações**

De acordo com o estipulado no n.º2, do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro, não há lugar à prestação de caução por parte do Segundo outorgante.

#### **Cláusula 12.ª - Foro competente**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Mirandela

#### **Cláusula 13.ª - Prevalência**

Consideram-se como condições a observar na Empreitada, as expressas no contrato, nos cadernos de encargos e na proposta que foi apresentada pelo Segundo Outorgante.

Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar, o texto do presente contrato; seguidamente, os caderno de encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.

#### **Cláusula 14ª - Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro, e pelas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, e restante legislação aplicável.

#### **Cláusula 15ª - Menções financeiras obrigatórias**

O encargo inerente ao presente contrato resultante desta prestação de serviços será suportado por conta do orçamento municipal para o corrente ano, com a identificação a que corresponde a classificação orgânica zero um zero dois – Câmara Municipal e classificações económicas – zero sete zero um um três, Investimentos Incorpóreos

As despesas resultantes deste encargo ficam registadas pelo compromisso n.º2017/643, efetuado com base no cabimento 2017/210.

### Cláusula 16ª - Disposições finais

Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas, com retenção de 10% no pagamento.

O presente processo foi iniciado pelo n.º 9094/16 de 14/12/2016, nos termos da deliberação tomada na reunião de 12/01/2017, processo:9218/15 e adjudicada pelo despacho do Sr. Presidente de 12/04/2017.

A minuta do presente contrato foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 12/04/2017.

1. O presente contrato está dispensado da fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto, Lei n.º 35/2007, de 13 de agosto, e Lei n.º 3 -B/2010, de 28 de abril, conjugado com o artigo 144.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015).

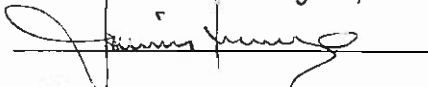
Isento de imposto de selo nos termos da Lei 150/99 de 11 de setembro, na sua actual redacção.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.

ADG/06/2017 ACINGOU

Sabrosa, vinte e seis de abril de dois mil e dezassete

Pelo Primeiro Outorgante,



Sabrosa, 26/abril/2017

O Oficial Público

João Areias,

Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial

Pelo Segundo Outorgante,

